



Internacionalização e desregulamentação: chaves para a competitividade brasileira no curto prazo

POR **CARLOS ARRUDA, ANA BURCHARTH E ARTHUR RAMOS**

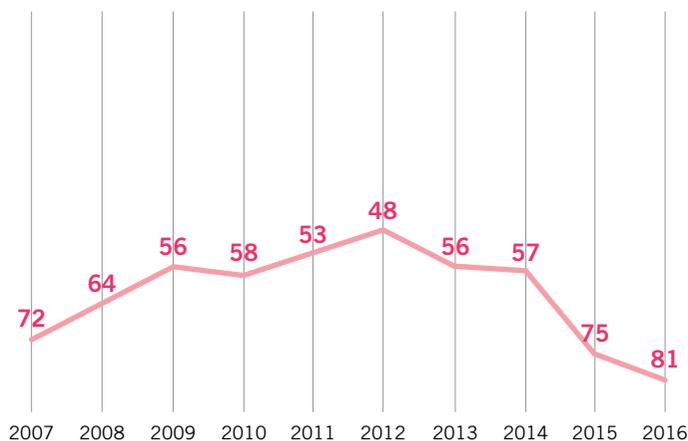
Comentários sobre a baixa produtividade dos trabalhadores e empresas brasileiras, ou para a incipiente tecnologia agregada à maioria das nossas atividades econômicas, não são mais novidade. No entanto, ao confrontar a 9ª maior economia do mundo com seus indicadores de competitividade, os resultados ainda surpreendem pelo baixo desempenho.

Divulgado em setembro, o relatório de competitividade do Fórum Econômico Mundial, realizado em parceria com a Fundação Dom Cabral – responsável pela coleta e análise dos dados brasileiros –, classifica o Brasil em 81º lugar entre 138 economias, com queda de seis posições em relação ao

ranking de 2015 e 33 trinta e três posições em relação ao ranking de 2012. O País atinge assim sua pior posição histórica no ranking, como mostra a **Figura 1**.

É evidente a discrepância desse resultado, quando comparado ao de países desenvolvidos, e ainda mais alarmante frente aos outros emergentes, já que fomos o único a registrar perda de competitividade. A China manteve a liderança entre os emergentes, se posicionando em 28º lugar, a Índia teve desempenho expressivo, subindo 16 posições e assumindo o 39º lugar, Rússia e África do Sul subiram duas colocações, ocupando respectivamente a 43ª e 47ª posição.

FIGURA 1 | POSIÇÕES DO BRASIL NO RANKING DO RELATÓRIO GLOBAL DE COMPETITIVIDADE DO FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL (2012 – 2016)



A DECLINANTE TAXA DE INVESTIMENTO NACIONAL

Inúmeros fatores, que vão da precária infraestrutura à dificuldade de financiamento, explicam o baixo desempenho dos produtos brasileiros. Mas, o grande destaque cabe, de fato, à declinante taxa de investimento nacional. Historicamente baixo, cíclico, induzido, majoritariamente público e setorialmente pontual, o investimento brasileiro tem características singulares. Agravado por uma cultura de baixa aplicação das famílias e com fortes características de desencorajamento ao investimento privado, a taxa média de investimento do Brasil oscila em torno dos 20% do PIB, muito abaixo da média mundial, de 24%, e dos emergentes, de 27%.

É evidente a importância da alavancagem de um investimento sustentado e estável, visando, sobretudo, ganhos internos de longo prazo. A necessidade de financiar a inovação e fatores básicos do crescimento é essencial à agenda de qualquer país e, principalmente, das nações com atraso relativo ou etapas de desenvolvimento primárias. Essa tarefa se faz ainda mais premente com a emergência de um novo paradigma tecnológico, caracterizado pelo crescimento exponencial da digitalização e de novos modelos de negócio, na chamada Indústria 4.0 ou *Smart Industry*, que exige do Brasil impulsionar sua capacidade de se inserir vigorosamente na quarta revolução industrial. Fonte da maior abertura de oportunidades do cenário atual, essa revolução tem como pilares o desenvolvimento de

tecnologias de fronteira – como a computação cognitiva, *analytics*, Internet das Coisas, *blockchain*, bioeletrônica e impressora 3D.

ALTERNATIVAS DE CURTO PRAZO Considerando a crítica situação atual da economia brasileira, surgem como alternativas de curto prazo, para ganhos expressivos de competitividade, dois tópicos estreitamente ligados ao investimento: a desregulamentação da economia e sua maior internacionalização.

DESREGULAMENTAÇÃO Este é um tema que há muito tempo ocupa espaço no debate e se encontra atualmente em ambiente político, social e econômico ímpar. Não bastassem o gargalo produtivo e o alto custo de produção, vivemos um esgotamento do ciclo de crescimento da década de 2000, pautado pela exportação de *commodities*. Somado à crise política, que coloca em xeque vários *players* do mercado e rearticula o papel e o corpo das instituições, coloca novamente na mesa pautas como a reforma trabalhista, tributária e da previdência.

O engessamento dos direitos assegurados e a alta taxa tarifária provocam relevantes perdas no investimento e na capacidade de atração de pessoas e capital. Analisando-se mais profundamente a relação entre competitividade e regulação, verificamos um alto desajuste entre o ganho de salário real, os dados macroeconômicos e os ganhos de produtividade. Partindo do modelo de desenvolvimento baseado nas exportações de *commodities*, assegurado pelo forte ciclo da década de 2000, os ganhos de salário real na economia avançaram mais de 70% no período, como ilustra a **Figura 2**. Já a produtividade cresceu apenas 20%. Isso significa que parte dos ganhos de salário não teve contrapartida na produtividade (**Figura 3**) e não foi revertido em investimento ou crescimento interno – ou seja, produtividade. Refletiu-se, sobretudo, no aumento de consumo interno.

É evidente que a expansão da renda gera uma pressão de demanda no consumo, que se reverte em produção do mercado. No entanto, devido ao perfil de subdesenvolvimento da população brasileira, essa pressão ocorre sobre setores de baixo valor agregado, sobretudo em serviços de baixa intensidade tecnológica. Assim, há perdas de

FIGURA 2 | REAJUSTE DO SALÁRIO MÍNIMO NO BRASIL (2002-2016)

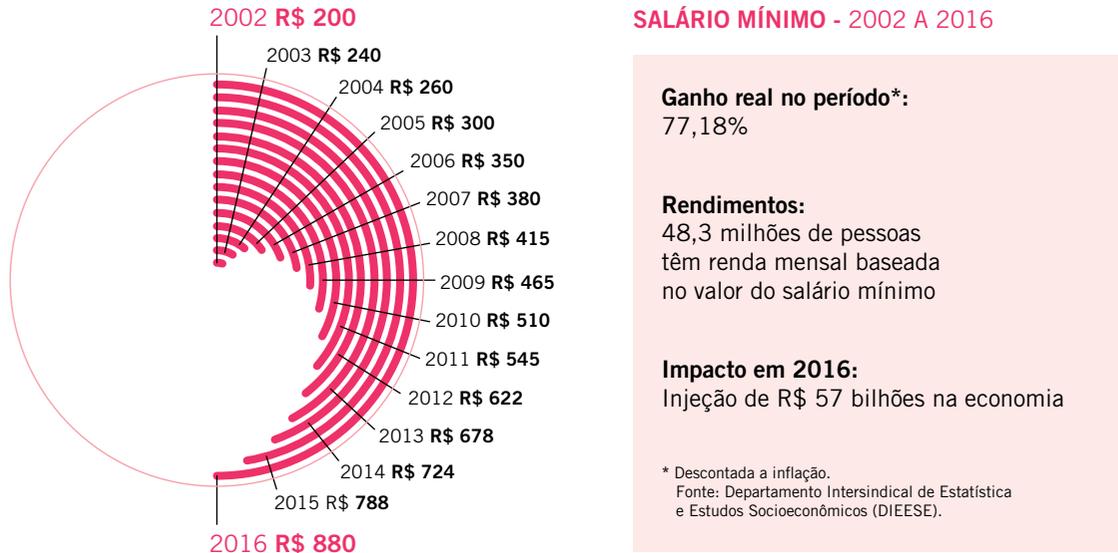


FIGURA 3 | CRESCIMENTO DA PRODUTIVIDADE EM PAÍSES SELECIONADOS

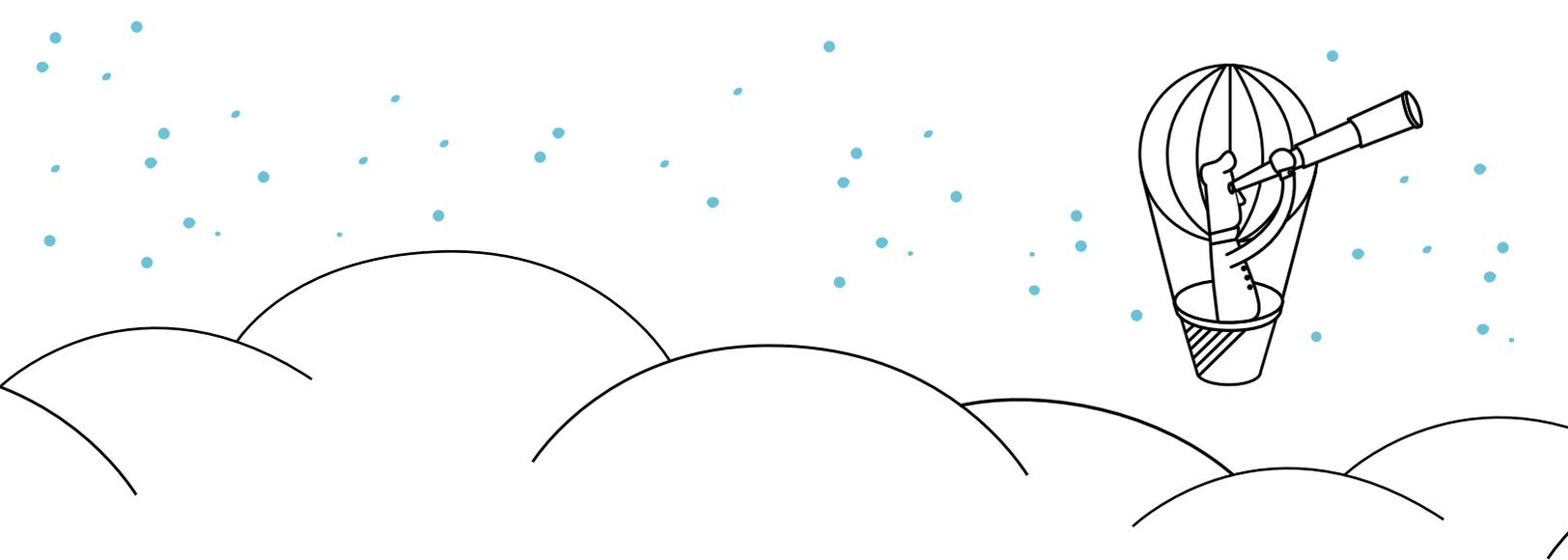


FONTE: BANCO MUNDIAL, INDICADORES DO DESENVOLVIMENTO MUNDIAL (WORLD DEVELOPMENT INDICATORS).

recursos tanto pelo aumento de custos nas empresas, com salários mais altos, quanto pela esterilização de ganhos para fora dessas organizações. Apesar do forte crescimento da década passada e da melhoria em inúmeros indicadores sociais, as empresas foram o agente mais prejudicado após o ciclo econômico do início do século 21.

Nesse cenário de poucos ganhos e baixa capacidade de reinvestimento, a regulação, que por si

só já incorpora perdas, gera efeitos desastrosos na economia e na competitividade. Não bastassem as taxas elevadas e mal alocadas, os impostos e encargos inibem a capacidade de gerar inovação, aprimorar processos e incorporar novas tecnologias. Esvaziando os ganhos das empresas em diferentes frentes, o sistema de regulação age principalmente nos agentes capazes de obter ganhos de competitividade no curto, médio e longo prazo.



O engessamento de direitos – por exemplo, os trabalhistas – também impõe às empresas uma alta carga de custos em moeda e tempo, que muitas vezes segue na contramão da produtividade. A baixa flexibilidade acaba por ditar um padrão de negócios pouco competitivo ou convidativo, sobretudo devido à baixa produtividade.

Assim, a regulação amplifica as disfunções econômicas, servindo como instrumento de menor incentivo à abertura de novas empresas e reforçando a alta burocracia.

INTERNACIONALIZAÇÃO Na internacionalização da economia brasileira, surpreende um contraste: somos um País historicamente exportador, que cresceu a partir de ciclos de superávit na balança comercial, mas com uma participação no comércio mundial de apenas 1%. Considerando o acumulado de 12 meses, a participação das exportações brasileiras no PIB gira em torno de 20%, enquanto a média global flutua em torno de 29%. Mesmo considerando os efeitos adversos da crise internacional de 2008, que de fato provocou uma queda relevante do comércio mundial, o Brasil ainda é um pequeno *player* global.

Da posição intermediária entre a especialização dos fatores capital e trabalho derivam cenários os mais diversos para a economia brasileira. Perto de 45% da nossa pauta exportadora tem sua base no agronegócio, setor realmente sólido da economia, com vantagem relativa e cadeias de pesquisa e desenvolvimento. Apesar do caráter cíclico da demanda internacional, sobretudo em períodos de expansão da economia mundial, o setor agrícola registrou uma expansão de 1,8% em 2015. Uma peculiaridade brasileira é possuir, ao mesmo tempo, uma base de exportação pautada em *commodities* e

O LADO POSITIVO É QUE, ASSIM COMO NO PASSADO, AINDA HÁ INÚMERAS JANELAS PELAS QUAIS O BRASIL PODE VISIONAR O SEU FUTURO

demais produtos primários e ter empresas multinacionais de capital intensivo, apesar da baixa capacidade de inovação. Esse desajuste é um retrato dos principais parceiros comerciais brasileiros. O Brasil é um *player* de função primária para a esmagadora maioria de seus parceiros, sendo os principais, China, Estados Unidos, Alemanha e Holanda. No entanto, para seu maior parceiro – a América Latina – e para a África, o País oferece uma cesta de produtos de maior especialização e valor agregado. Essa versatilidade é uma das chaves para o investimento que, raras vezes, de fato funcionou.

Essa é também a base do desajuste. Deslocado, o Brasil perde em tecnologia, produtividade, externalidades e *spillover*. Obviamente existem ganhos estratégicos, visto o *trade-off* mercado interno e externo, mas, o fato de não se internacionalizar abre um *gap* tecnológico e de produtividade tão grande, que torna o processo cada vez mais irreversível.

O problema é que internacionalizar não é mais um desafio, e sim uma questão de sobrevivência. Modelos de desenvolvimento e crescimento robustos apontam, há décadas, para a relação entre a



abertura comercial e os ganhos de especialização e tecnologia. Além disso, a correlação entre tecnologia e produtividade é positiva e, se analisada em um painel, aumenta consideravelmente ao longo do tempo. A necessidade de ser competitivo e atrair recursos e mão de obra pressupõe essa lógica. Daí a necessidade do investimento como força econômica capaz de financiar e deslocar a produtividade brasileira, obtendo ganhos e permitindo ampliar a internacionalização. Internacionalizar não garante, necessariamente, aumento de competitividade, mas é inviável ocupar espaço internacional sem ganhos reais de produtividade.

Os elementos básicos para maior internacionalização são também muitos dos fatores que garantem mais competitividade. Gargalos com transporte e escoamento, sistemas modais, barreiras alfandegárias, burocracia e regulação são prejudiciais às duas questões. Olhar para o mundo é uma forte opção quando as soluções domésticas são insuficientes, pois ambas se retroalimentam.

Todo esse cenário é ainda mais valorizado em face das tendências antiglobalizantes, constatadas nos últimos anos, principalmente na Europa, que apontam para um processo de acirramento político, com o avanço do nacionalismo e o isolamento pelo medo ao terrorismo. Sem dúvida, há espaço para produtos e empresas brasileiras que, num contexto internacional de concorrência, ganham em intensidade nas pesquisas e crescimento da demanda tecnológica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS Falta ao Brasil a clareza de quem é e o que almeja ser. É incompatível ter uma agenda de país desenvolvido e gargalos ainda de subdesenvolvimento. O lado positivo é que, assim como no passado, ainda há inúmeras janelas

pelos quais o Brasil pode visionar o seu futuro.

Desregular é o primeiro passo rumo a um futuro mais promissor, pois é inviável uma economia desenvolvida sem capacidade de atrair e reproduzir capital. Impostos ineficientes e o engessamento de direitos enfraquecem *players* cruciais para o desenvolvimento e postergam a resolução de problemas críticos – como o da Previdência – sem de fato oferecer uma solução coerente. É impossível pensar em investimento com essa dinâmica tributária.

O processo de internacionalização das empresas abre margem para qualificar a produção nacional e, de fato, torná-la mais produtiva. A capacidade de sustentar um crescimento tem forte relação com a competência de financiá-lo e investir. São essas atividades primárias as responsáveis pelos grandes volumes de capital encarregados de alimentar o processo.

Em um cenário pós-crise internacional, de instabilidade política e institucional, são poucas as janelas de curto prazo, mas todas elas passam pelo investimento. Investir é a base para o desenvolvimento, e, diante da escassez de recursos, torna-se ainda mais necessário investir com sabedoria. Uma alternativa, sem dúvida das mais razoáveis, é promover a desregulamentação e internacionalização da economia como motores de melhores expectativas.

CARLOS ARRUDA é professor de Inovação e Competitividade e coordenador do Núcleo de Inovação e Empreendedorismo da Fundação Dom Cabral.

ANA BURCHARTH é professora e pesquisadora do Núcleo de Inovação e Empreendedorismo da Fundação Dom Cabral.

ARTHUR RAMOS é bolsista FAPEMIG do Núcleo de Inovação e Empreendedorismo da Fundação Dom Cabral.